

Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola

Aluno: Lucas Vinícius Santana dos Reis

Ra:21508203

Orientadora: Ana Flávia do Amaral Madureira

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar as crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade étnico racial no contexto escolar. A realização deste estudo é importante porque a escola entendida como um espaço sociocultural, os quais por meio dos discursos e práticas cotidianas, influenciam diretamente na formação identitária do indivíduo. Nesse processo, diversas formas de preconceito e práticas discriminatórias são reproduzidas de forma sutil e despercebida. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, seguidas apresentação de imagens previamente selecionadas, com professores/as do ensino fundamental e médio. Essas entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos participantes, ou seja, nas escolas. Para análise dos resultados e sua discussão, foram construídas três categorias analíticas temáticas a partir dos objetivos de pesquisa. Os resultados indicaram que os/as professores/as têm compreensão acerca do tema e concordam sobre a relevância da discussão dessas temáticas no âmbito escolar. Os participantes evidenciaram ainda as lacunas na formação inicial e continuada no que se refere ao tratamento dessas questões em sala de aula. Essas lacunas impactam diretamente na construção de estratégias pedagógicas na luta contra o preconceito no âmbito escolar. Logo, percebe-se o papel do/a professor/a na luta contra o preconceito, e como os investimentos na formação dos indivíduos faz toda diferença na hora de educar.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, diversidade étnico racial, escola, formação.

A escola, sendo um ambiente de interação social, tem como objetivo, além da transmissão de conhecimentos, oferecer ao indivíduo subsídios para a construção de crenças e valores que auxiliam na promoção de uma sociedade mais igualitária e democrática, tendo assim um papel essencial na formação moral do indivíduo. Assim, é principalmente na escola que o indivíduo tem a possibilidade desde cedo de agir como cidadão, membro de uma sociedade, o qual tem consciência dos seus direitos e deveres, podendo expressar suas opiniões e defender seus pontos de vista. Dessa forma, evidencio a seguinte questão como problema de pesquisa: de que forma crenças e valores de profissionais da educação básica influenciam na construção do pensamento de alunos/as frente às questões de gênero, sexualidade e pertencimento étnico-racial?

Portanto, é necessário trabalhar de forma conjunta as questões de gênero, sexualidade e pertencimento étnico-racial já que estão interligadas quando abordamos

o preconceito (sexismo, homofobia e racismo) em diversas esferas sociais, especialmente na escola.

Levando em consideração os processos identitários do indivíduo no contexto escolar, diversos padrões sociais de como ser e agir são reproduzidos e incorporados na escola. Padrões estes que se configuram, frequentemente, como práticas discriminatórias as quais são, muitas vezes, reforçadas por profissionais da educação. Segundo Moreira e Câmara (2008), atualmente nas escolas, por meio do ensino e das práticas pedagógicas, mesmo de forma indireta, os professores estariam contribuindo para o fortalecimento e manutenção de desigualdades e desvalorização da diversidade presente na escola.

Uma pesquisa realizada pela Unesco (2004), com 5 mil profissionais da educação básica em todo Brasil demonstrou que 59,7% dos professores entrevistados achava inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais. Além disso, uma pesquisa mais recente realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, coordenado por Mazzon (2009) demonstra que de aproximadamente 18,5 mil pessoas entrevistadas no contexto escolar, 99,3% apresentam algum tipo de preconceito, e as maiores taxas de discriminação são relacionados a pertencimento étnico racial 94,2%, de gênero 93,5% e com relação à orientação sexual 87,3%.

Em vista disso, dados estatísticos importantes como esses ressaltam a relevância da discussão e estudos sobre esses temas, uma vez que preconceitos e discriminações estão presentes em todas as camadas da sociedade, especialmente na escola, a qual é o nosso foco de pesquisa. Dessa forma, a disseminação do ódio e da intolerância em relação à diversidade se configura como um dos principais mecanismos na promoção do sofrimento psíquico no mundo contemporâneo. Esse sofrimento não afeta somente quem o sofre, mas também todas as pessoas interligadas ao mesmo. Logo, isso não é problema apenas de uma minoria ou grupo social específico, e sim de toda comunidade, e, em um sentido mais amplo, de toda a sociedade.

Processos identitários e crise da subjetividade na contemporaneidade

Desde o século XX, as lutas pela igualdade racial e de gênero e respeito à diversidade sexual, nas mais variadas esferas da sociedade vem se tornando cada vez mais presentes no cotidiano. Através de avanços nas lutas por direitos iguais propostos

por diversos grupos e movimentos sociais, houve um processo de desconstrução de ideias que eram, muitas vezes, consideradas como “verdades absolutas”, e que eram e ainda são perpetuadas e reproduzidas na transmissão cultural de geração em geração.

Assim, muitas dessas “verdades absolutas” se configuravam como padrões sociais que ditavam o modo como o indivíduo devia ser e agir dentro da sociedade e que quando questionadas, provocavam crise na identidade desse sujeito (Woodward, 2000). As crises identitárias referentes a essas questões continuam sendo bastante atuais, uma vez que as “verdades absolutas” são reforçadas até hoje, demonstrando uma dificuldade de rompimento, muitas vezes baseando-se em uma lógica essencialista que encontra legitimidade no discurso biológico. Essa legitimidade se dá também através de discursos construídos sócio historicamente sobre determinados papéis sociais que indivíduos devem exercer.

Logo, Mercer (1990, citado por Woodward, 2000) afirma que a identidade se torna um problema quando passa ser questionada. Apesar de tudo isso, Madureira e Branco (2012) apontam que essas verdades “inabaláveis”, que possuem raízes histórico-culturais e afetivas, ou seja, são valores e/ou crenças sobre o “certo” e o “errado” que são construídas histórico culturalmente, as quais são incorporadas e reproduzidas ao longo do tempo. As “verdades absolutas” ainda são percebidas nas relações sociais, constituindo assim uma base de sustentação para a expressão de preconceitos e práticas discriminatórias contra grupos de maior vulnerabilidade social, e historicamente excluídos.

Para entendermos melhor as expressões da intolerância, trago aqui a definição de preconceito proposta por Myers (2006), que é a seguinte: “(...) uma atitude injustificável e normalmente negativa em relação a um grupo – quase sempre um grupo de cultura, etnia ou sexo diferente” (p.517). Como dito anteriormente, esse grupo geralmente é constituído por indivíduos com maior vulnerabilidade social, e que são historicamente excluídos, por exemplo: negros, indígenas, gays, lésbicas, etc.

Nesse sentido, Madureira (2007) apresenta a seguinte definição de preconceito: “(...) fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo, que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos” (p.42). Essas barreiras culturais são erguidas a partir do processo de construção das identidades sociais que são fortemente marcadas pela diferença e delimitação do grupo social (nós) que o indivíduo pertence em relação àquele grupo que

não faz parte (eles), sendo assim, a exclusão é sustentada pela diferença (Woodward, 2000). Para reforçar a demarcação entre “nós” e “eles”, utilizam-se de estereótipos, que se caracterizam por crenças e generalizações apressadas e rígidas, e frequentemente equivocadas em relação a grupos específicos ou pessoas (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

De acordo com Madureira e Branco (2012), a relação entre preconceito e discriminação é bastante complexa, uma vez que em sua base, há uma integração dos campos da ação, cognição e da emoção, sendo esse último o que mais influencia no enrijecimento das barreiras simbólicas. Isso acontece porque o campo emocional está diretamente ligado ao investimento afetivo que o indivíduo direciona às experiências das situações que passa ao longo da vida, e aos possíveis significados que ele constrói a partir dessas experiências, significados os quais, a maioria das vezes, são enrijecidos no decorrer da vida e que são difíceis de desconstruir.

Baseando-se na conceituação de que a discriminação seria a materialização do preconceito, observa-se que em diversos contextos sociais, estão presentes diferentes tipos de discriminação por meio de discursos misóginos, homofóbicos, sexistas e racistas. Geralmente esses tipos de discriminação não se apresentam de forma singular e separada, mas se manifestam atrelados entre si, e que, segundo Monteiro *et al* (2014), são naturalizados pela sociedade “justificando” as relações de poder e hierarquias no processo de estigmatização.

Levando em consideração a materialização do preconceito, ou seja, as práticas discriminatórias, apresento dados estatísticos recentes levantados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) no site Homofobia Mata (2018) ¹ sobre a violência acometida às minorias políticas, no caso específico ao grupo LGBT. Em 2018, de 1º de janeiro até 10 de abril foram praticados, no total, 126 crimes violentos contra indivíduos do grupo LGBT no Brasil, ou seja, a cada 19 horas um indivíduo é assassinado ou suicida-se por apresentar uma orientação sexual destoante da hegemônica. Assim, verificou-se que 52% dos homicídios contra a comunidade LGBT, ocorre no Brasil, sendo o campeão mundial nesse quesito. São indicadores preocupantes, os quais evidenciam que, mesmo o Brasil sendo um país tão “plural” em sua constituição, ainda há uma resistência na aceitação da diversidade expressa pelos indivíduos.

Escola, preconceito e construções sociais

Antes de mais nada, é necessário levar em consideração que a reprodução desses discursos se dá em diversos espaços sociais. Um desses lugares é a escola, o qual desde

¹ O relatório pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:

<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2018/05/relatc3b3rio-ggb-1c2baquad-20181.pdf>

cedo tem um papel importante na construção identitária do sujeito no contexto das sociedades letradas na contemporaneidade. Assim, Moreira e Câmara (2008) afirmam que “o fim do ensino é que o/a aluno/a aprenda atribuir significados e a agir socialmente, de modo autônomo” (p. 39).

Nesse sentido, Junqueira (2009) complementa afirmando que a escola tem o papel de transmissão do conhecimento, mas também o faz de forma a reproduzir, frequentemente, padrões sociais “mascarados” por valores e concepções de como os indivíduos devem ser e agir em sociedade. O que acaba reforçando relações de poder e hierarquias sociais historicamente estabelecidas que geram desigualdade e sofrimento.

Frequentemente, indivíduos acreditam, de forma ingênua que preconceitos e práticas discriminatórias são fenômenos externos ao contexto escolar, porém Junqueira (2010) discorda, demonstrando que esse fenômeno não só tem sua “entrada facilitada”, mas também são muitas vezes, reproduzidos e reforçados todos os dias por alunos/as e por professores/as.

Em concordância com Junqueira (2010), Louro (1998) afirma que, na escola, é construída uma forte “naturalização” de pressupostos que favorecem os meninos invés de meninas nos mais diversos aspectos, como, por exemplo, que “(...) eles parecem "precisar" de mais espaço do que elas, parecem preferir "naturalmente" as atividades ao ar livre.

Como mencionado anteriormente, a sociedade tende a buscar afirmações na biologia para justificar discursos preconceituosos desconsiderando, por exemplo, a diversidade de gênero, explicitando assim uma lógica binária que postulam que pessoas do sexo masculino (são as que possuem pênis) devem ser homens e pessoas do sexo feminino (que possuem vagina) devem ser mulheres. Louro (1998) afirma que ao longo do tempo, houve uma confusão sobre sexo ser igual a gênero, porém traz a noção que gênero se configura como uma categoria histórico-cultural construída socialmente sobre determinados papéis, no caso do homem e da mulher. Esses papéis seriam regras e normas de como esses gêneros devem ser e agir em sociedade, acabando por excluir outras identificações que não essas.

Dessa forma, acaba-se por desconsiderar e excluir indivíduos que não se reconhecem como homens mesmo tendo um pênis ou como mulheres tendo uma vagina, o que gera muito sofrimento nos indivíduos, levando alguns a procurarem por intervenções médicas (cirurgias, plásticas, etc.) para se “reconstruir” fisicamente da

maneira a qual se identificam. Atualmente, a sociedade contemporânea, em grande parte, considera como “aberrações” (desumanizando o “outro” que não faz parte de “nós”) indivíduos que fogem da forma binária de gênero, trazendo diversas implicações ainda maiores na desconsideração da diversidade humana.

É perceptível que na escola, mesmo de forma silenciosa, esses padrões são reproduzidos e reforçados por diversas práticas no contexto escolar. Relembrando os conceitos discutidos por Woodward (2000), a identidade social se constrói a partir da diferença, entre “nós” e “eles/outros”, assim em certas ocasiões quando indivíduos se deparam com a diferença e se sentem ameaçados ou como forma de apresentar “superioridade” pelo desrespeito, tendem a apresentar comportamentos agressivos (físicos e verbais) em relação aos “outros”.

Em vista disso, Silva (2013) aponta que indivíduos que fogem da norma binária (homem e mulher) são vistos na sociedade como diferentes e potenciais alvos de violência favorecendo o processo de estigmatização de grupos sociais. Esse processo de discriminação de determinados grupos sociais pelo que há de diferente do padrão culturalmente estabelecido, vai além de questões de gênero e sexualidade, englobando questões de diversidade cultural, pertencimento étnico racial, inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais, gordofobia, etc.

É um grande equívoco acreditar que um país como o Brasil que apresenta uma vasta diversidade étnico-racial seja alheio aos preconceitos, especificamente o racismo, que abre portas para diversas práticas discriminatórias. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA, 2013, citado por Rodrigues, 2014), a população negra possui 3,7 mais chances de serem assassinados em relação à população branca, sofrerem racismo no mercado de trabalho, e principalmente na escola com os preconceitos e discriminações sociais e raciais.

É evidente que os preconceitos se encontram, muitas vezes, “camuflados” em diversas práticas e discursos presentes na sociedade. Os discursos racistas servem como mecanismos para promoção de desigualdades raciais e sociais, especificamente pela hierarquização de “raças” baseadas em relações de poder que foram estabelecidas histórico e culturalmente, a maioria das vezes marcadas pela violência. Ideologias racistas estão incrustadas na cultura de forma tão natural que, muitas vezes, não enxergamos situações discriminatórias que são vivenciadas no dia-a-dia, como, por

exemplo, “(...) encontrar apenas turistas brancos sendo servidos por garçons negros (...)” (Madureira & Branco, 2012, p.142).

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03 que traz a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares da educação básica de todo o Brasil. De acordo com Gomes (2008), a implementação dessa lei traz uma sensação de vitória às lutas sociais históricas por parte de movimentos sociais em prol dos negros, que buscam reconhecimento da cultura afrobrasileira por meio da educação, pois acreditam que a escola tem um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática.

Alunos e alunas negros/as lidam diariamente com o preconceito dentro das escolas, que são reproduzidos por meio de diversas práticas discriminatórias (como distanciamento social) até as mais graves (como agressão física). Preconceitos esses que, frequentemente, são reproduzidos e reforçados por alunos e professores de forma naturalizada. O racismo se configura como um dos principais fatores que contribuem para o aumento do índice de evasão escolar e repetência entre a população negra (Bento, 2002).

Portanto, observa-se que escola tem um papel fundamental na construção da identidade do indivíduo, especificamente em relação à promoção da possibilidade de atuação do aluno/a na sociedade de forma a respeitar a diversidade humana. Uma proposta interessante para a promoção de uma sociedade mais democrática e igualitária, livre de preconceitos e discriminações, seria o investimento de profissionais da educação básica na formação continuada frente a questões de diversidade sexual, de gênero e étnico-racial, uma vez que as reflexões e discussões sobre esses temas sirvam de subsidio para criação de novos caminhos e estratégias pedagógicas em relação à diversidade no contexto escolar (Canen & Xavier, 2011).

Em concordância com Canen e Xavier (2011), as autoras Madureira e Branco (2015) afirmam que é complicado para os professores/as trabalharem com questões de gênero, diversidade sexual e étnico racial, de forma mais abstrata. Até em situações concretas alguns/mas professores/as não conseguem trabalhar essas questões porque é algo extremamente novo para eles/as, os quais, frequentemente, não tem experiência na área. Por fim, percebe-se que, nos contextos escolares, a atuação do psicólogo frente às questões referente a essas temáticas se faz pertinente, seja pela sensibilização dos olhares

dos profissionais à diversidade, seja na capacitação desse/as professores/as em estratégias pedagógicas para lidar com práticas discriminatórias no contexto escolar.

A pesquisa teve como objetivo geral: analisar as crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade, pertencimento étnico-racial e diversidade no contexto escolar. E como objetivos específicos: explorar questões relativas à formação de profissionais da educação básica sobre temas como diversidade sexual, pertencimento étnico-racial e de gênero e analisar a percepção de profissionais de educação básica frente a situações de práticas discriminatórias no contexto escolar.

Método

O método qualitativo focaliza especificamente aspectos qualitativos, ou seja, informações que são construídas durante a pesquisa como significados socialmente compartilhados, aspectos subjetivos, a forma como cada indivíduo constrói o seu universo de significados (Minayo, 2007).

Vale relembrar a proposta da epistemologia positivista, a qual tinha uma visão determinista e muitas vezes reducionista sobre a realidade, especialmente nas ciências humanas. De acordo com Madureira e Branco (2001) a epistemologia positivista na psicologia implica em um “duplo aniquilamento do sujeito na produção de conhecimento: do sujeito investigado e do próprio investigador” (p. 65). Ou seja, rejeitava influências subjetivas do/a pesquisador/a que tinha como objetivo descrever fielmente a realidade, e que o sujeito pesquisado não tem noção das leis que regem seus comportamentos.

Já a perspectiva qualitativa, segundo Neves (1996), tem como característica diminuir a distância entre a teoria e a realidade a partir da compreensão do fenômeno investigado. Isso elucida a ideia de que os significados são co-construídos pelo pesquisador/a e participante, ou seja, é uma construção mútua, onde desmistifica a visão da neutralidade absoluta do/a pesquisador/a durante a pesquisa. Assim, Madureira e Branco (2001) complementam que o propósito de pesquisas qualitativas seria buscar compreender a complexidade, e não como uma mera tentativa de descrição de detalhes minuciosos da realidade observada.

Apesar de envolver uma co-construção de significados, Minayo (2007) afirma que a pesquisa qualitativa não tem como foco descobrir opiniões das pessoas, mas sim interpretar e compreender a gama de significados socialmente compartilhados expressos

por trás das mensagens expressas pelos indivíduos. Assim, uma das formas de se investigar os significados por trás dos fenômenos seria através de um importante instrumentos da pesquisa qualitativa: a entrevista semi-estruturada. Ainda, Minayo (2007) afirma que a entrevista semi-estruturada: “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p.64).

Participantes

A pesquisa contou com a participação de duas professoras e um professor da educação básica de ensino público do Distrito Federal. Para preservar a identidade dos participantes, foram atribuídos nomes fictícios aos mesmos no decorrer do artigo. A primeira professora (Joana) tem 34 anos, é espírita kardecista, solteira, e dá aulas de espanhol para alunos do ensino médio. O segundo professor (Marcelo) tem 40 anos, é católico, e dá aula de filosofia para alunos do ensino médio. A terceira professora (Maria) tem 31 anos, é católica, e dá aula para alunos do ensino fundamental dois (6º ao 9º ano).

Materiais e instrumentos

No processo de pesquisa foram utilizados materiais como: resma de folhas, canetas esferográficas azuis e pretas, prancheta, gravador de voz e um notebook. Para a construção de informações durante a pesquisa, foi utilizado o seguinte instrumento: um roteiro com 14 perguntas semiestruturado as quais possibilitavam eventuais questionamentos durante a entrevista. Em seguida foram apresentadas em slides no notebook, uma sequência de 5 imagens acompanhadas de perguntas previamente estabelecidas com a possibilidade de eventuais questionamentos.

Processo de construção de informações

Antes de se iniciar o processo de pesquisa, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP/UniCEUB), assim o documento de aprovação (Parecer Consubstanciado do CEP) foi entregue aos pesquisadores/as. Os/as participantes foram consultados pelo pesquisador antes da pesquisa para discutir questões práticas como interesse em participar da pesquisa,

disponibilidade, horário e local. Antes das entrevistas, foi apresentado aos/as participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Logo após a assinatura do TCLE, foram explicados os objetivos da pesquisa, deixando claro o sigilo das informações referentes à identidade pessoal dos/as participantes. Foram todos/as questionados/as em relação ao consentimento da gravação em áudio da entrevista para posterior transcrição da mesma. Após tudo isso foram esclarecidas as eventuais dúvidas.

Depois disso, foram realizadas as entrevistas individualmente, perguntando sobre os dados sociodemográficos dos/as participantes, como idade, profissão e religião. Assim, seguiu-se a entrevista semi-estruturada sendo guiada pelo pesquisador a partir do roteiro com as 14 perguntas. Após a finalização das perguntas, foram apresentados slides com a sequência de imagens em um notebook, uma de cada vez, onde foram feitas perguntas previamente estabelecidas e eventuais pontuações acerca das respostas dos/as participantes. O tempo/duração das entrevistas variaram entre 33 a 43 minutos. Por conveniência, as entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos participantes, ou seja, nas escolas.

Procedimentos de análise

Após a transcrição das entrevistas, foram construídas três categorias analíticas temáticas, vinculadas aos objetivos da pesquisa:

- A) Crença dos/as participantes sobre gênero, sexualidade e pertencimento étnico racial na escola;
- B) As lacunas na formação, inicial e continuada, de professores/as em discussão;
- C) A percepção dos/as participantes em relação às situações de discriminação na escola e as estratégias pedagógicas utilizadas.

Como dito anteriormente, as entrevistas foram analisadas após a transcrição com o intuito de resgatar as principais e relevantes temáticas citadas pelos/as participantes no decorrer da entrevista. O critério de escolha das temáticas baseou-se, também, nos objetivos geral e específicos, da pesquisa. A análise baseou-se em todo arcabouço teórico adotado na pesquisa, a qual aborda principalmente as questões que envolvem gênero, sexualidade e raça no contexto escolar, e as possíveis influências das crenças pessoais de professores/as na formação de seus/as alunos/as.

Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados os resultados mais significativos da pesquisa realizada, levando em consideração as categorias analíticas temáticas citadas anteriormente, com suas respectivas análises baseadas nas respostas dadas pelos participantes durante as entrevistas.

Crenças dos/as participantes sobre gênero, sexualidade e pertencimento étnico-racial na escola

Houve pontos de convergência entre os/as participantes quando foram abordadas suas crenças sobre gênero, sexualidade e pertencimento étnico racial na escola. Um desses pontos de convergência se deu quando foram questionados sobre a relevância, se era necessário abordar temáticas relativas a minorias no contexto escolar, assim os/as três participantes expressaram concordância, cada participante explicou de forma diferente. A seguir é apresentado um trecho significativo que demonstra isso: Marcelo: *“Eu acho fundamental, essas questões precisam ser tocadas. A escola não é alguém da sociedade, a escola não está separada do contexto social, a escola tem que tratar de questões relacionadas à vivência dos nossos alunos (...)”*.

A partir desse trecho, percebe-se que o participante se demonstra sensibilizado com essas questões, tanto que acha fundamental tratá-las nas escolas, uma vez que a mesma faz parte de um contexto social em que existe diversas formas de ser e de se expressar. Contudo, alguns indivíduos compartilham a ideia ingênua de que mesmo fazendo parte de um contexto social mais amplo, a escola está “alheia” a questões que envolvem preconceitos e práticas discriminatórias. Porém, Junqueira (2010) discorda, afirmando que questões que envolvem preconceitos e discriminações não só estão presentes no contexto escolar, mas têm sua “entrada facilitada”, acabando por serem reforçadas, muitas vezes, tanto por alunos/as como por professores/as.

A professora Joana apresentou também sensibilidade quanto à necessidade de trabalhar as questões relacionadas às minorias no contexto escolar. Durante toda a entrevista, a professora trouxe bastante embasamento religioso para justificar suas opiniões, uma vez que a mesma segue os preceitos do espiritismo kardecista. Quando questionada sobre a relevância da discussão em sala de aula sobre questões relacionadas a minorias, ela afirmou: *“(...) é necessário, mas justamente, o que eu prego com meus alunos é isso, que não existem pessoas diferentes, somos todos iguais (...) dentro do*

contexto escolar, para meus alunos, eu prego justamente isso, eu sempre falo do amor (...)”. Quando se referia às pessoas que são preconceituosas, especificamente pessoas racistas afirmou: *” (...) eu vejo isso como pessoas inferiores, que ainda não encontraram o caminho da luz, e que para mim o caminho para luz é o conhecimento”*.

Como dito anteriormente, a participante Joana mostrou-se sensibilizada pelas temáticas, ela se embasa em suas crenças religiosas para justificar suas opiniões. Santos (2014) reconhece a religião como sendo um elemento constitutivo da vida pública, ou seja, os valores que são compartilhados socialmente são, muitas vezes, construídos a partir de preceitos religiosos. Esses valores instituem socialmente o bom e ruim, bem e o mal, o certo ou errado.

Dessa forma, os indivíduos tendem a basear suas convicções pessoais em discursos religiosos, as quais apresentam desdobramentos em questões sociais, econômicas e principalmente políticas. O autor ainda reconhece que as teologias políticas emergentes na sociedade atual, acabam por criar conflitos ideológicos os quais impactam diretamente nos direitos humanos. Nesse sentido, muitas vezes, os indivíduos tendem a justificar preconceitos e práticas discriminatórias a partir de fundamentos religiosos, excluindo indivíduos que não estão enquadrados nas “normas divinas”.

Por conseguinte, a sociedade apresenta uma visão estereotipada de que a maioria dos indivíduos pertencentes a determinados grupos religiosos são fundamentalistas, e que baseiam seus próprios preconceitos e práticas discriminatórias em discursos religiosos. Segundo Pérez-Nebra e Jesus (2011), os estereótipos por serem generalizações superficiais da realidade acabam por “categorizar e simplificar um mundo social complexo” (p.224), o que acaba por esconder as diferenças, por exemplo, entre indivíduos de um mesmo grupo religioso.

A professora Joana é um exemplo de indivíduo que faz parte de um grupo religioso, porém, em seu discurso, rompe com o estereótipo citado anteriormente de que a religião serve apenas como base e justificativa para o preconceito. Durante a entrevista, demonstrou em sua fala, que pessoas religiosas também apresentam flexibilidade em relação as questões ligadas à diversidade.

Por fim, durante as três entrevistas foram citados pelos/as professores/as que, além da necessidade de discutir e abordar em sala de aula as questões de gênero, diversidade sexual e pertencimento étnico, é necessário falar sobre questões de preconceito e discriminação relacionados especificamente a discriminação contra

peessoas gordas (gordofobia) e a questão da inclusão/exclusão de indivíduos com necessidades especiais. Questões relativas às dificuldades encontradas por professores/as ao lidar com essas situações em função das lacunas presentes na formação dos mesmos, que serão abordadas nas próximas subseções.

As lacunas na formação inicial e continuada de professores/as em discussão

Esta subseção apresenta algumas lacunas encontradas na formação inicial e continuada de professores/as que dificultam o manejo (estratégias para se lidar) e as discussões sobre as questões de gênero, diversidade sexual e étnico-racial no contexto escolar. Durante as entrevistas, essa temática foi uma das principais e recorrentes apresentadas pelos/as professores/as, configurando-se, assim, como mais um ponto de convergência a ser discutido.

Dessa forma, em diversos trechos, os/as professores/as evidenciam esse aspecto de sua formação profissional, o qual fica visível nos seguintes trechos. Maria: *“(...) na minha escola, de faculdade, era falado o mínimo (...) a minha formação enquanto escola não me preparou, mas a minha formação enquanto pessoa para buscar, pesquisar sobre os assuntos, sim (...)”*. Outro trecho citado por Marcelo sobre sua formação: *“naquela época o meu ensino era extremamente técnico, nós estudávamos só conceitos da área e conceitos pedagógicos (...) só para você ter uma ideia não tinha nem disciplina de inclusão para alunos de necessidades especiais, deficiência”*.

Percebe-se, pelos trechos acima, que a formação inicial na graduação não foi suficiente em termos de capacitação para os/as professores/as, especialmente no que se refere a construção de estratégias sobre como lidar com a diversidade e com o enfrentamento do preconceito, principalmente em questões no espaço escolar. De acordo com Canen e Xavier (2011) e Madureira e Branco (2015), é importante que os/as professores/as invistam na formação continuada para melhor lidar com as situações que envolvem questões de gênero e diversidade sexual e étnico-racial, especificamente em situações as quais presenciam diversas formas de preconceito materializadas em práticas discriminatórias no contexto escolar.

A preocupação com a formação dos/as professores/as nas temáticas referentes à diversidade, não tem como foco apenas o desenvolvimento da criatividade e manejo para construção e implementação de estratégias pedagógicas contra o preconceito, mas também a sensibilização dos/as professores/as frente às diferenças e especificidades dos

indivíduos. Gusmão (2003) e Moreira e Câmara (2008) convergem ao explicitar que a escola se configura como um espaço sociocultural, sendo um local de relações interpessoais perpassado por diversos discursos e práticas, entre conciliações e conflitos, influencia na constituição das identidades dos indivíduos.

Quando os/as participantes foram questionados/as se, atualmente, estão preparados para lidar com a situação, todos assentiram a esse respeito, porém quando falaram sobre a formação continuada, especialmente cursos sobre essas temáticas houve divergências. Essas divergências ficam claras nos trechos a seguir. Marcelo: *“(...) eu acho que fui aprendendo na prática e uma outra coisa foi a formação continuada, os cursos, nós vamos adquirindo ao longo da profissão”*. Já Maria afirma: *“A Secretaria da Educação oferece alguns cursos, bem superficiais sobre esses assuntos (...) eu me aperfeiçoei, li outros autores, pesquisei outras coisas para me informar”*.

Como citado por Maria durante a entrevista, a Secretaria de Educação do DF oferece por meio do EAPE² – Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, cursos de formação continuada em diversas áreas com o intuito de atualizar os/as professores/as em determinadas temáticas. Em âmbito nacional, surgiram diversas iniciativas que foram constituídas a partir de articulações entre várias entidades governamentais e privadas com o objetivo de proporcionar cursos nas temáticas de gênero, diversidade sexual e étnico racial.

Um exemplo interessante a ser mencionado, seria a experiência piloto de curso a distância para professores/as chamado “Gênero e Diversidade na Escola”, o qual Rohden (2009) traz em seu artigo as principais potencialidades e desafios da execução e aplicação do curso em todo Brasil. O principal desafio seria tratar de questões tão delicadas por meio de educação a distância, porém, como potencialidade, ao final do curso, percebeu o começo de mudança subjetiva dos participantes, o quais demonstraram por meio de avaliações, um olhar mais sensibilizado a essas temáticas.

Fica evidente, a partir dos trechos das entrevistas citados anteriormente, que apenas a formação continuada em cursos específicos não é suficiente, e que se faz necessário uma procura recorrente por uma atualização pessoal/profissional sobre como lidar com essas questões no contexto escolar, sem descartar a experiência que se adquire com o exercício da profissão. Contudo, devemos ter um olhar atento a algumas questões, por exemplo, a alta carga horária de trabalho e poucos espaços de reflexão e debate, são aspectos importantes que dificultam/impedem muitos/as professores/as de

² As propostas do EAPE podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico:
<http://www.eape.se.df.gov.br/>

buscarem uma atualização de sua formação no que condiz ao manejo de questões de gênero, diversidade sexual e étnico racial, no contexto escolar.

Diante dessas dificuldades, Madureira e Branco (2012) esclarecem que professores/as ao lidarem com essas temáticas, baseiam-se, muitas vezes, em experiências adquiridas ao longo da docência, e em suas opiniões pessoais. Ainda no mesmo capítulo, as autoras afirmam que diante das dificuldades encontradas em relação à formação continuada, faz-se necessário como possível estratégia para superar esse desafio, a inserção de estudos de gênero, sexualidade e diversidade étnico racial durante os cursos de licenciatura. A incorporação desses conteúdos às disciplinas dos cursos tem o objetivo de trabalhar as temáticas a partir de situações-problema do cotidiano, procurando desenvolver a criatividade para possíveis manejos e intervenções no contexto escolar.

Um importante aliado na luta contra o preconceito e as práticas discriminatórias seria o psicólogo e sua atuação no contexto escolar. Madureira e Branco (2012) atuação da Psicologia Escolar deve ser focada em “(...) um olhar marcado pela ênfase no trabalho preventivo, institucional e relacional (p. 151). Nesse sentido, o psicólogo tem a possibilidade de trabalhar com os/as professores/as de modo a provocar uma reflexão acerca das temáticas, favorecendo uma sensibilização do olhar em relação à diversidade, de modo a desenvolverem habilidades e estratégias para lidar na luta contra o preconceito. Criar um espaço de reflexão sobre essas questões influencia diretamente na promoção de uma cultura de paz.

As categorias analíticas construídas para a análise e discussão das entrevistas não se configuram como excludentes ou mesmo distante umas das outras, ao contrário, elas são extremamente próximas e, principalmente, estão atreladas entre si, sendo interdependentes. Fica evidente como as lacunas observadas pelos próprios participantes influenciam nas estratégias pedagógicas utilizadas em situações relacionadas a essas questões, principalmente no que se refere às situações presenciadas de práticas discriminatórias.

A percepção dos/as participantes em relação às situações de discriminação na escola e as estratégias pedagógicas utilizadas

De acordo com as informações construídas nas entrevistas, cada participante tem sua forma específica de como percebem as situações de discriminação na escola e de

que forma lidam com essas situações. Os/as três participantes da pesquisa apresentaram situações de discriminação que presenciaram na escola, assim houve uma convergência na percepção dos próprios sentimentos, demonstraram sentimentos de espanto, angústia, alguns afirmaram “se sentir mal e incomodados” durante a situação. Apesar disso, mencionaram diferentes formas de comportamento em relação às estratégias pedagógicas utilizadas.

Nos trechos a seguir ficará evidente a percepção dos/as professores/as frente a situações de discriminação e seus comportamentos posteriores. Quando questionado sobre ter presenciado situações de discriminação, o participante Marcelo afirmou:” (...) *piadinha sempre tem (...) teve momentos que o pessoal brincou e passou batido (...) teve momentos que eu fingi que não escutei e passei batido como estratégia para não dar corda para o assunto mais*”.

Em um momento da entrevista com a participante Joana, estava sendo questionada se ela se sentia preparada para lidar com situações de discriminação, em seguida afirmou:” *eu me sinto demasiadamente preparada, só que eu tenho uma abordagem para o lado espiritual (...) eu não gostei da abordagem dele, mas em nenhum momento fui agressiva com ele*”. Posteriormente, afirmou:” (...) *eu fico pensando como professora: gente será que eu estou falando a coisa certa?*”.

Marcelo afirmou que uma das estratégias utilizadas por ele uma vez foi “deixar passar batido como forma de não dar corda para o assunto”. Já a professora Joana, apresenta um discurso contraditório, em que ao mesmo tempo, que afirma estar preparada para lidar com essas situações, logo em seguida, questiona-se sobre a validade de suas estratégias pedagógicas. A partir disso, é possível questionar, se atualmente nas escolas, mesmo que de forma indireta, os/as professores/as não estão contribuindo para o fortalecimento e manutenção de preconceitos e práticas discriminatórias, principalmente por não se posicionar frente a práticas discriminatórias exercidas por parte dos/as alunos/as. (Moreira & Câmara, 2008; Junqueira, 2009).

A reprodução de preconceitos e práticas discriminatórias se dá de forma sutil e corriqueira, que muitas vezes não são percebidas nem pelos/as professores/as e nem pelos/as alunos/as. Nesse sentido, desde criança somos educados para não enxergar situações de práticas discriminatórias, pois essas questões são vistas como naturais, pois já fazem parte da cultura vigente (Madureira & Branco, 2012). Assim, não se posicionar

frente a essas questões é, de certa forma, ser conivente com essas práticas, acabando por reforça-las ao invés de questioná-las.

Durante a entrevista, Marcelo aborda estratégias pedagógicas que são pertinentes em relação às situações de discriminação. Quando questionado sobre conflitos entre alunos/as, a qual foi apresentada uma situação fictícia de conflitos, onde um grupo de alunos/as impede um indivíduo específico de participar da atividade por este usar uma calça lycra (socialmente representada como roupa feminina). O professor: *“eu acho que essa é uma situação extremamente propícia para levantar esse tipo de discussão (...) essa discussão deveria ser levantada em sala de aula e conversada com os alunos (...).*

Porém, apesar de que as intervenções pontuais em situações específicas sejam necessárias, é de extrema importância que a ação dos/as professores/as esteja voltada para um projeto mais amplo, que envolva os próprios/as alunos/as para discutir as temáticas, por exemplo, o projeto da Semana da Consciência Negra, presente na escola em que o entrevistado atua como professor de filosofia. Contudo, Gomes (2008) afirma que a implementação da Lei 10.639/03 e suas diretrizes precisam ser entendidas em suas repercussões em diferentes contextos sociais. A promoção da igualdade vai além (...) “adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade racial-étnico racial, realizados de forma aleatória e contínua” (p. 9), ou seja, há a necessidade de inserir cada vez mais as questões étnico-raciais nas metas educacionais do país.

Por fim, mesmo Marcelo afirmando que em muitas situações algumas questões ele deixa “passar batido”, o professor entende que é necessário levantar discussões sobre o assunto, a fim de não reforçar práticas discriminatórias. Segundo ele, se não houver uma intervenção *“(...) vai virando uma bola de neve, gerando outras questões, outras piadinhas e quando você menos percebe foge do controle”*.

Levando em consideração os dados construídos na pesquisa, a partir dessa última categoria analítica, fica evidente que os/as professores/as estão atentos/as a processos de expressão e reprodução de preconceitos e práticas discriminatórias no contexto escolar. Além disso, diante de todas as dificuldades, buscam por meio de estratégias pedagógicas, promover a discussão acerca das temáticas relativas à diversidade com os/as alunos/as a partir dos recursos que lhe são oferecidos.

Considerações Finais

Conclui-se que a escola é um local de interação social constante, onde os indivíduos estão envolvidos em práticas e discursos que influenciam diversos processos

constituintes das identidades sociais desses sujeitos. Essas práticas e discursos se dão por meio das relações sociais e que, muitas vezes, nos transmitem, desde muito cedo, a forma como devemos ser, estar e se expressar no mundo.

Geralmente, esses padrões sociais são perpetuados pela sua transmissão cultural de geração em geração, enrijecendo ainda mais os preconceitos construídos pelos indivíduos. Porém, não podemos cair em armadilhas conceituais, e justificar o preconceito e práticas discriminatórias a partir de um determinismo cultural. Assim, Valsiner (2012) afirma que a Psicologia Cultural traz contribuições sobre essa questão ao propor o modelo bidirecional de transferência. Este modelo baseia-se na concepção de que o indivíduo não é somente produto de uma cultura, mas que o mesmo tem uma posição ativa na reconstrução cultural, ou seja, o sujeito e a cultura se co-constroem mutuamente. Nessa visão, o sujeito tem o potencial para desconstruir essas “verdades absolutas” que são construídas historicamente e culturalmente, promovendo uma sociedade mais igualitária.

Preconceitos enquanto fenômenos de fronteira, se configuram como fronteiras simbólicas rígidas que apresentam uma base sócio histórica e afetiva, fronteiras essas que por meio da demarcação das diferenças segregam seres humanos, pela cor da pele e etnia, pela orientação sexual e religiosa, pela identidade de gênero, etc. (Madureira e Branco, 2012). Essa segregação é fruto da intolerância em relação à diversidade humana, que se expressa mediante práticas discriminatórias. Muitas dessas práticas, nos é ensinada desde cedo como sendo “natural”, de forma subliminar, assim quando percebemos já a estamos reproduzindo.

A escola, sendo entendida como um ambiente de interações sociais, não está livre dessas questões. Nessa instituição, muitas vezes, práticas e discursos discriminatórios são diariamente reforçados e reproduzidos tanto por alunos/as como professores/as, mesmo de forma subliminar. É necessário repensar, portanto, a forma que professores/as da educação básica são capacitados em suas graduações para lidar com esses tipos de situações rotineiras.

A pesquisa realizada buscou contribuir para os estudos de gênero, diversidade sexual e étnico racial no contexto escolar. O estudo proporciona reflexões pertinentes em relação às crenças de professores sobre essas questões, a formação inicial e continuada e sua influência nas habilidades e competências dos professores para lidar com o preconceito. Foi levantado a importância no investimento dessa formação, de

forma a contribuir para a construção de estratégias pedagógicas que tenham como objetivo a promoção da luta contra o preconceito e a diminuição da desigualdade.

Como limitação, traz a questão da necessidade de ampliação das discussões e pesquisas sobre outras formas de preconceito e discriminação, como, por exemplo, a gordofobia e a exclusão/desrespeito com indivíduos portadores de necessidades especiais. As pesquisas e discussões sobre o tema não se encerram com a presente pesquisa, esta serve de base e contribuição para pesquisas futuras, as quais possam levar em consideração também, as limitações apresentadas anteriormente. Por ser algo recorrente durante a pesquisa, sugere-se que se faça investigações futuras sobre as possíveis influências do discurso religioso na construção e reprodução do preconceito.

Uma vez que a intolerância à diversidade humana cresce cada vez mais, é necessário o combate a qualquer forma de preconceito e discriminação a qual segregue, exclua, provoque dor física e sofrimento psíquico aos indivíduos. Porque “sábios são aqueles que constroem pontes ao invés de muros”. É nesse esforço coletivo, por meio da divulgação do conhecimento, que poderemos construir uma sociedade mais democrática e igualitária.

Referências Bibliográficas

- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e Branquitude no Brasil. Em Bento. M. A. S. (Org.), *Psicologia social do Racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp-25-58). Petrópolis: Vozes.
- Canen, A. e Xavier, G. P. M. (2011). Formação continuada de professores para diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, 16 (48). 641-661
- Gomes, N. L. (2008). A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 67-89). Petrópolis: Vozes.
- Gusmão, N. M. M. (2003). Os desafios da diversidade na escola. Em N. M. M. Gusmão (Org.). *Diversidade, cultura e educação* (p. 83-105). São Paulo: Biruta.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade Sexual na educação: problematizações*

- sobre a homofobia nas escolas (pp.13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Revista Espaço do currículo*, 2(2), 208-230.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática* (Tese de Doutorado). Retirado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.p
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp.125-155). Porto Alegre: Mediação
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577-591.
- Mazzon, J. A. (2009). *Projeto de estudos sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual: Relatório Analítico Final*. Retirado de <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis-RJ: Vozes
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38-66). Petrópolis - RJ: Vozes.

- Monteiro, S. S., Villela, W.V., & Soares, P. S. (2014). É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 421-440.
- Moreira, A. F. e Câmara, M. J. (2008) Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: Moreira, A. F. e Candau, V.M. (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes.
- Myers, D.G. (2006). Psicologia Social. Em D. G. Myers (Org.), *Psicologia Social*, (pp.509-542). Rio de Janeiro: LTC
- Neves, J.L. (1996). Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1 (3), 1-5
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Rodrigues, J. B. (2014) *Racismo e Evasão Escolar* (Monografia de Graduação). Retirado de
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/105138/000940781.pdf?sequence=1>
- Rohden, F. (2009). Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 157-174
- Santos, B. S. (2014). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez.
- Silva, A. F. O. S. (2013) *Binarismo sexual na escola e o controle dos corpos*. Retirado de <http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/05/SILVA.pdf>
- Unesco. 2004. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* São Paulo: Moderna.
- Valsiner, J. (2012). Aproximações à cultura: bases semióticas da psicologia cultural. Em Bastos, A. C. S (Org.), *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida* (21-66). Porto Alegre: Artmed
- Woodward, K. (2000). Identidades e diferença: uma introdução conceitual. Em T.T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.7-72). Petrópolis: Vozes.